

*Heloisa Liberalli Belloto**

Formação Profissional do Arquivista

Para completar o debate em torno da questão dos arquivos, torna-se indispensável a abordagem da formação profissional daqueles que são encarregados de sua organização, do procedimento técnico e da administração do uso das informações neles contidas. Reconhecemos tratar-se de profissão que não tem, ainda, na sociedade, um perfil nítido e inconfundível. Sendo mesmo um tanto desconhecida, é, freqüentemente, confundida com outras. Não somos bibliotecários; não somos historiadores; não somos analistas de sistemas: não somos agentes administrativos... Somos arquivistas.

A verdade é que se trata de uma profissão emergente, como tal, embora, desde a mais remota antiguidade, existissem arquivos e quem se ocupasse de sua organização. A rápida evolução da arquivística, sobretudo depois dos anos 50 deste século, tem direcionado a profissão para a sua consolidação.

Esta será atingida quando realmente podermos contar, de maneira inequívoca e integral, com teoria e metodologia próprias, com terminologia própria, com legislação própria e com formação profissional própria. Aliás, isto não é prerrogativa da arquivística. Estes são requisitos necessários à consolidação de qualquer profissão.

*Bacharel em Biblioteconomia e doutora em História pela USP, com especialização em Arquivologia.

O objetivo desta conferência é a formação profissional; para compreendê-la, convém partir de uma reflexão sobre a área em sua dimensão mais ampla. Para tanto, servimo-nos das idéias apresentadas e discutidas no último Congresso Internacional de Arquivos, o XII, realizado em Montreal em 1992 e que tinha, justamente, como tema central "A profissão do arquivista na era da informação"(as citações adiante, identificadas por seus autores e países de origem, foram todas obtidas nos textos das conferências ali pronunciadas).

De uma atividade empírica que, na antiguidade, na idade média e, em parte, na idade moderna, se ocupava da organização dos arquivos para efeitos quase que exclusivos do direito e do estado autocrático, chegou no século XIX a predominar como "ciência" auxiliar da história. No atual século, passou por "ciência" auxiliar da administração, para, finalmente, hoje classificada como uma das ciências da informação; isto, é evidente, sem que tenha perdido as ligações com todas aquelas áreas.

O que se vê, hoje, é a tomada de posição da ciência arquivística funcional, deixando para trás a ciência arquivística descritiva. Compreendemos hoje que atuamos dentro do direito, da administração e da história, mas com nossa feição, nosso objeto e nosso objetivo muito peculiares e próprios, sem a conotação minimalista de "ciência auxiliar", encaminhando-nos para a autonomia de teoria e de métodos.

Arquivos são veículos de informação e não depósitos de papéis, pergaminhos, microfilmes, disquetes ou discos óticos. O arquivo consiste uma tal teia de interrelações, que só os que compreendem a estrutura própria destes veículos é que podem manejar e tornar acessível a informação, de forma adequada e eficaz.

Que mudanças a era da informação, com todo o emprego da tecnologia, traz para a arquivologia? Será que os novos suportes documentais nos apartam da natureza jurídico-administrativa dos documentos? Se hoje, por meio da informática, tem-se acesso ao detalhe, à faceta, ao fragmento do documento, como se vai poder identificar o órgão que o criou ou acumulou, como identificar o contexto que o gerou?

É que a moderna arquivística não pode ignorar a vinculação orgânica entre os documentos públicos ou os institucionais, independentemente de seu suporte. Por isso, ela vai estar, mais do que nunca, atenta à interdependência da informação em um fundo de arquivo, originada pelas funções e atividades geradoras dos documentos.

Esta nova arquivística funcional, a que se refere a alemã Angelika Menne-Haritz na sua comunicação ao XII Congresso Internacional de Arquivos, gestiona, organiza, avalia, descreve e dissemina informação registrada em documentos de arquivo, sem se afastar dos princípios da arquivística tradicional: estes não desaparecerão; muito ao contrário, o princípio da proveniência e o da organicidade estão mais presentes do que nunca. "Só uma interpretação funcional dos contextos que rodeiam a origem dos documentos pode permitir que o princípio da proveniência (o respect des fonds) continue tendo validade, porque constitui um fundamento científico conclusivo para a metodologia da organização e da avaliação dos documentos".

Na realidade, nas informações automatizadas, mais ainda se necessita do contexto e da origem delas, uma vez que a recuperação eletrônica da informação pode trazê-las isoladas ao consulente, o que era mais dificultoso e, até mesmo, impossível no arranjo e descrição tradicionais.

A arquivística funcional tem sempre presente que os documentos surgem para dar consecução aos objetivos de um órgão ou uma organização. Portanto, no documento de arquivo, ademais do texto, há uma informação não aparente e que é fundamental: a função do documento e as circunstâncias de sua criação. Isto é que transforma o documento em testemunho. Ora, o tratamento informático da informação não pode se esquecer desta verdade. E é destas novas abordagens que deve se revestir o entendimento da profissão e do ensino arquivístico atual.

Uma nova aceção da área dos arquivos pode propor uma maior uniformidade para a profissão, porque ela será definida a partir do seu próprio objeto, o documento de arquivo: documento que é funcional, or-

gânico, seriado, único, garantidor de direitos, apontador de deveres, testemunho de ações passadas e normativo para ações futuras.

Em um mundo cambiante no qual, em razão, sobretudo, do avanço das tecnologias, as fronteiras de toda espécie se tornam cada vez mais tênues ou até mesmo inexistentes, evidencia-se que os limites entre as diferentes profissões que atendem aos diferentes setores da sociedade também mudem. Ao mesmo tempo em que elas vão cooperar muito entre si, vão, também, ter de mostrar perfis bem definidos.

A sociologia das profissões demonstra que a existência de cada uma delas supõe: 1 utilidade e reconhecimento da sociedade; 2 base científica bem definida; 3 associações profissionais próprias; 4 compartilhar de linguagem, cultura, normas éticas e valores comuns. Isto é verdadeiramente ultrapassar o ser apenas uma "ocupação". Isto já ocorre com a arquivologia.

Caminhamos para a consolidação, para este reconhecimento social, já que nos aproximamos de ter, plenamente, a nossa legislação, teoria, terminologia e formação profissional devidamente próprias e não emprestadas de outras áreas, como já ocorreu no passado. Uma profissão deve ter meios e força de trabalho superiores àquilo que exige a simples execução de tarefas. Tem que criar metodologia, terminologia, uma doutrina, enfim.

Entretanto, que imagem temos de nós mesmos? de nosso trabalho? Como lograr compreender - e fazer compreender - a nossa profissão com maior amplitude e profundidade? "Se não podemos fugir das conseqüências derivadas das novas formas de tratar-se a informação em todo o mundo, a questão da identidade e compreensão que temos de nossa profissão é mais vital que nunca para os arquivistas, tanto do ponto de vista individual como coletivo" (Liv Mykland, Noruega). Neste sentido, é preciso repensar sobre a identidade profissional do arquivista. Até onde chegou o processo de profissionalização? Se já nos convencemos que realmente somos uma profissão, sente-se ainda a necessidade de maior conscientização da sociedade para compreendê-la.

Se não se quer correr o risco de outras profissões se assenhorearem das nossas tarefas e se se quer obter resultados práticos do trabalho arquivístico, é preciso reforçar o conhecimento de princípios, teorias e técnicas que funcionem em qualquer situação, contexto e circunstância. Para tanto, a profissão deve exigir formação e treinamento adequado de seus quadros. A qualidade da formação tem decisiva influência no tratamento dos documentos. Porém, o acesso à formação ainda é problemático, não só no nosso, mas também em muitos outros países, a ponto de se considerar que "a ausência de boas possibilidades de formação é o calcanhar de Aquiles da nossa profissão".

"A falta de acesso a uma formação adequada - e não por culpa dos interessados - é a responsável pela falta de uniformidade de métodos, técnicas e sistemas de procedimentos que se vê nos arquivos, em geral" (Angelika Menne-Haritz, Alemanha).

Conjugam-se duas necessidades: de um lado, que verdadeiramente haja consenso internacional sobre os fundamentos teóricos, métodos e princípios; de outro, que se multipliquem as oportunidades de formação profissional, mas que esta esteja enfileirada àquela teoria e metodologia e, o que é essencial, que teoria e ensino respondam às necessidades do mercado de trabalho. Este é um dos problemas mais cruciais dos que se apresentam, hoje, à área dos arquivos.

Com a chegada das transformações trazidas pela "sociedade da informação", evidencia-se uma lacuna, um vácuo ou, até mesmo, um choque entre os conhecimentos, comportamentos e pontos de vista transmitidos pelas escolas de arquivologia e a praxes arquivística. Afinal, o que determina os conteúdos programáticos das grades curriculares dos cursos superiores? Possivelmente a tradição, as disciplinas ministradas em cursos semelhantes no estrangeiro e/ou no país; a experiência dos professores e/ou profissionais antigos; a demanda do mercado e as sugestões trazidas pela percepção dos próprios alunos. Em todo o mundo faltam estudos objetivos sobre as necessidades profissionais.

Um campo técnico-científico aplicado como o nosso está sujeito a transformações oriundas da demanda do usuário e do progresso da tecnologia, seja quanto aos materiais, quanto aos procedimentos, quanto à própria sociedade. "A formação profissional deve ser integrada, deve transcender às fronteiras que existem entre as matérias, as especialidades, as disciplinas tradicionais e as profissões conexas" (Theo Tamassen. Holanda). Como conectar novos conhecimentos especializados com disciplinas tradicionais? A resposta está na chamada "educação contínua". A reciclagem, a especialização, o treinamento, enfim, a atualização, são indispensáveis ao bom profissional.

A qualidade da formação tem decisiva influência no tratamento dos documentos. Quanto mais se restringir a formação profissional, mais se distancia da compreensão total da área.

É preciso considerar também os vários níveis de preparação arquivística: o arquivista de nível superior; o de nível técnico; o pós-graduado-pesquisador; o professor ou o dirigente de arquivo. A abrangência dos conhecimentos a serem adquiridos, assim com a experiência requisitada para a otimização do que-fazer-arquivístico serão necessariamente diferenciadas. De qualquer forma, há um perfil médio básico constituído pelo curso universitário de graduação. Não é o elementar e simplificado, voltado mais que tudo para as tarefas operacionais, como o curso técnico; não é o complexo, compartimentado e profundo, como os de pós-graduação *stricto-sensu*.

O que aprender? Como aprender? Como passar do que se aprendeu teoricamente à prática cotidiana da profissão? Que tipo de arquivista é que os cursos superiores pretendem plasmar? Quais as transformações necessárias para que se incorporem as novas responsabilidades às tarefas já tradicionais? Afinal - e outra vez - quem é o profissional de arquivo?

Na formação de um bom arquivista deve ser levada em conta, de um lado, a pessoa do profissional, com qualidades humanas adequadas ao gênero de trabalho que vai exercer. De outro lado, a formação universitária adequada para possibilitar um trabalho arquivístico de valor. Será que

os cursos possibilitam esta e outras aberturas? A aliança entre o conhecimento arquivístico e o contextual é indispensável. Neste sentido, a formação básica abrange áreas do conhecimento que fornecem o embasamento teórico e contextual onde se vão assentar as disciplinas nucleares, as propriamente arquivísticas, como veremos adiante.

A formação sistemática apresenta diferenças entre os vários países, mas todos visam preparar o arquivista integral. Segundo os sistemas de ensino e as exigências para o exercício profissional nos diferentes países, a formação arquivística pode dar-se em cursos de maior ou menor duração, feitos em instituições arquivísticas (arquivos nacionais, por exemplo), em institutos para-universitários ou em universidades (cursos que podem ser de graduação e pós-graduação, estes abrangendo especialização, mestrado ou doutorado).

Não está nos objetivos desta palestra a discussão sobre a localização e os níveis acadêmicos como se dão nos vários países. Nossa preocupação é relacionar as disciplinas necessárias para a formação do arquivista integral. Na raiz da formação está, de forma marcante, a chamada unicidade da função arquivística, abrangendo os dois pólos de atuação: gestão de documentos e organização de fontes históricas.

No âmbito da gestão de documentos ("records management") requer-se, de forma mais contundente, conhecimentos de administração pública, administração privada e direito administrativo. Já para a área da organização e manejo de fontes ou, em outros termos, arranjo e descrição de documentos permanentes ("archives administration"), os conhecimentos de metodologia da História, de história administrativa e de paleografia. Entretanto, em ambos os pólos de atuação da função arquivística, o profissional deverá ter apreendido em sua formação específica os conhecimentos adequados de teoria da comunicação, teoria da informação, diplomática e tipologia documental, informática, reprografia, preservação documental, análise documentária, notariado, técnicas de gestão e, fundamentalmente, teoria e prática de arquivo.

As disciplinas, em curso universitário de graduação em arquivologia, diretamente relacionadas ao exercício profissional (no Brasil, designadas no currículo mínimo oficial por Arquivo I a Arquivo IV) podem ser agrupadas em três grandes áreas: arquivologia geral, gestão documental e organização e manejo de fontes.

No primeiro caso, em geral correspondendo à disciplina "Introdução à arquivologia" devem ser abordados: conceitos gerais; ciclo vital dos documentos; políticas arquivísticas; legislação e ética; terminologia; histórico dos arquivos; movimento associativo nacional e internacional etc.

A gestão documental, abordada nas disciplinas "Arquivo corrente" e "Arquivo intermediário", está voltada para a questão da gênese documental, registros e protocolos, organização da tramitação, uso primário, planos de classificação, avaliação e elaboração de tabelas de temporalidade, transferência, administração da eliminação e sistemática do recolhimento.

A organização de fontes abordada na disciplina "Arquivo permanente" volta-se para o arranjo, teoria de fundos, descrição e instrumentos de pesquisa, uso secundário, disseminação da informação, animação cultural e assistência educativa por parte dos arquivos públicos.

Hoje, em todos os países, o ensino arquivístico gira, ainda que com pequenas diferenças, em torno destas disciplinas. Trata-se de adaptá-lo às novas exigências e desafios, aliando-se as tarefas tradicionais às novas tarefas, tais como, gestão da informação, serviços de referência, conservação física dos documentos eletrônicos, classificação, arranjo e descrição fortemente marcados pela informática, maiores exigências da administração, ampliação da pesquisa histórica requerida pelas universidades e centros de pesquisa, crescimento do interesse pelas atividades sócio-culturais e educativas nos arquivos, atuação no ensino e treinamento por parte dos arquivistas, etc.

Portanto, o que se espera, hoje, da formação arquivística, é que seja apresentado ao mercado um profissional que esteja dotado de boa forma-

ção intelectual geral; possua conhecimentos seguros da teoria arquivística; seja adestrado nos trabalhos práticos de arquivo; tenha conhecimentos básicos das três áreas que dão embasamento aos arquivos: administração, direito e história, assim como conhecimento teórico e prático das ditas ciências auxiliares da história: paleografia, diplomática, heurística, codicologia, sigilografia; e, finalmente, conhecimentos práticos de tecnologia documental: informática, microfilmagem, telecomunicações, preservação e restauração de suportes documentais.

A arquivologia hoje deve ter a configuração dinâmica que associa suas competências tradicionais às advindas do aparecimento dos documentos informáticos e dos novos métodos de gestão da informação. Neste sentido é que deve ser moldada a formação profissional. Só assim é que os arquivistas poderão responder ao desafio de alcançar uma organização eficaz dos documentos arquivísticos, de forma a otimizar o processo decisório e a fluidez de funcionamento nas áreas administrativas e jurídicas, assim como otimizar a pesquisa e a conseqüente "explicação" no campo da história.